



EDITAL Nº 032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à construção de praça pública na Praça Vanessa Gomes de Carvalho, localizada no Bairro Cidade Nova, no Município de Itanhomi – MG, conforme especificações, projetos e planilhas constantes no Termo de Referência e seus apêndices.

DEPARTAMENTO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo.

VALOR MÉDIO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 56.477,94 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos).

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 02/06/2026 até 10/06/2026 às 07:59 h (sete horas e cinquenta e nove minutos).

INÍCIO DA SESSÃO: Às 08:00 h (oito horas) do dia 10/06/2026.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma Licitanet – <https://licitanet.com.br/>

Portaria Nº 99/2025 01 de julho de 2025 - Laerte Martins Alves de Oliveira - Agente de Contratação.

ESCLARECIMENTOS:

- Diretamente pela Plataforma Licitanet – <https://licitanet.com.br/>
- Através do e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com
- Poderão também obter informações no Departamento de Licitações, sito à Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG – CEP: 35.120-000, no horário de funcionamento, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 12h00min às 16h00min.



PREÂMBULO: O Município de Itanhomi-MG, torna público, para conhecimento de todos, por meio de seu Agente de Contratação, Sr. LAERTE MARTINS ALVES DE OLIVEIRA, nomeado através da Portaria 099/2025, de 01 de julho de 2025, que realizará DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL na hipótese do artigo 75, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 1º (primeiro) de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, regulamentada no âmbito municipal pelo Decreto Municipal nº 055/2023, em sessão pública a ser realizada na Plataforma Licitanet – (<https://licitanet.com.br/>), conforme especificado nos ANEXO I deste edital.

A contratação direta encontra amparo no artigo 8º, inciso I, do Decreto Municipal nº 055/2023 (Estudo Técnico Preliminar dispensável por enquadramento nos limites de valor). A estimativa de preço foi apurada com base em tabelas de referência oficiais da construção civil (SINAPI/SEINFRA), nos termos dos arts. 16 e 17 do Decreto Municipal nº 055/2023 e § 1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação, Sr. LAERTE MARTINS ALVES DE OLIVEIRA, conforme Portaria nº 099/2025, anexada aos autos do procedimento e regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG, através do endereço eletrônico <https://www.itanhomi.mg.gov.br/licitacoes>, na Plataforma Licitanet, através do endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, bem como, no portal da transparência do município, através do link: <https://www.itanhomi.mg.gov.br/licitacoes>.

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no *site* supracitado e consequentemente desconheça o teor dos Avisos publicados.



1 - DO OBJETO E DO VALOR ESTIMADO

1.1 - Objeto e Regime de Execução

1.1.1 - O presente procedimento administrativo de contratação direta por dispensa de licitação eletrônica tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a execução de obra de engenharia destinada à construção de praça pública na Praça Vanessa Gomes de Carvalho, localizada no Bairro Cidade Nova, no Município de Itanhomi – MG.

1.1.2 - A execução do objeto contratual dar-se-á sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, em estrita observância ao disposto no artigo 46, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Este regime vincula a futura contratada à entrega da obra em sua integralidade, perfeitamente acabada e operacional, por preço certo, fixo e predeterminado.

1.1.3 - O objeto desta contratação encontra-se detalhado, delimitado e quantificado no Anexo I – Termo de Referência, bem como no Projeto Técnico Arquitetônico, Memorial Descritivo e Planilhas Orçamentárias, documentos que integram este Edital para todos os fins e efeitos de direito.

1.2 - Valor Estimado e Critério de Julgamento

1.2.1 - O valor total máximo global estimado pela Administração Pública Municipal para a execução integral da obra é de **R\$ 56.477,94 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos)**, balizado em orçamentos detalhados parametrizados por tabelas de referência oficiais vigentes.

1.2.1.1 - Os preços poderão ser reajustados após 12 meses da data-base do orçamento estimado, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

1.2.2 - O critério de julgamento a ser adotado no presente procedimento eletrônico será o de MENOR PREÇO, considerando o valor global ofertado para a realização total do escopo contratual, em conformidade com o artigo 33, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.3 - O valor global proposto pela licitante participante deverá abranger a totalidade dos custos diretos e indiretos necessários à execução integral da obra, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, transportes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, além do respectivo BDI (Benefício e Despesas Indiretas).

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Das Pessoas Jurídicas Autorizadas

2.1.1 - Poderão participar deste procedimento de dispensa eletrônica as pessoas jurídicas legalmente constituídas, que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto desta contratação (obras e serviços de engenharia civil/urbanismo) e que estejam regularmente cadastradas na plataforma eletrônica.

2.1.2 - O credenciamento e o acesso à plataforma eletrônica para o envio de propostas e lances serão de responsabilidade exclusiva da empresa interessada, devendo esta observar rigorosamente os prazos e condições operacionais estabelecidos pelo provedor do sistema eletrônico.

2.1.3 - Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) que desejarem usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar tal condição em campo próprio do sistema no ato do envio de sua proposta.

2.2 - Dos Impedimentos Legais de Participação

2.2.1 - Não será permitida a participação, direta ou indireta, de pessoas físicas ou jurídicas que incorram em quaisquer das vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 - Fica expressamente vedada a participação neste procedimento de:

- a)**- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, bem como a empresa da qual o autor seja sócio, dirigente ou administrador;
- b)**- Empresa que esteja, ao tempo da disputa, suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Itanhomi – MG;

c)- Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera da Federação, cujos efeitos da sanção permaneçam vigentes;

d)- Pessoa jurídica que possua em seu quadro de sócios, administradores ou colaboradores com poder de direção, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade vinculada à Administração Pública Municipal de Itanhomi – MG.

2.2.3 - É igualmente vedada a participação de empresas que mantenham vínculo de parentesco (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau) com o Agente de Contratação, a autoridade competente ou servidores públicos municipais que atuem diretamente na fase de preparação, instrução ou julgamento do presente processo.

3 - DO PROCEDIMENTO SELEÇÃO E ENVIO DE LANCES

3.1 - Do Período de Recebimento de Propostas e Início da Sessão Pública

3.1.1 - A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, mediante a digitação da senha pessoal do credenciado e o subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação.

3.1.2 - O período para cadastramento e recebimento das propostas iniciais e documentos eletrônicos compreenderá do dia 02/06/2026 até o dia 10/06/2026 às 07:59 h (sete horas e cinquenta e nove minutos), horário em que o sistema encerrará automaticamente o recebimento.

3.1.3 - A abertura da sessão pública e o início da fase de disputa dar-se-ão estritamente às 08:00 h (oito horas) do dia 10/06/2026, momento em que o Agente de Contratação dará início aos procedimentos automatizados de julgamento.

3.1.4 - Como condição obrigatória para a participação, a licitante deverá assinalar digitalmente "Sim" ou "Não" em campo próprio da plataforma eletrônica, correspondente às seguintes declarações integradas:

a)- Declaração de inexistência de condições impeditivas contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

b)- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (Art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

c)- Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social;

- d)- Declaração de regularidade quanto ao trabalho de menores, comprovando o não emprego de menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;
- e)- Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos encargos e direitos trabalhistas e sociais vigentes;
- f)- Declaração de enquadramento ou não como ME/EPP/Cooperativa para fins do exercício do direito de preferência da Lei Complementar nº 123/2006.

3.2 - Das Regras de Envio de Lances e Tempo de Disputa na Plataforma Eletrônica

3.2.1 - Para o envio de lances na dispensa eletrônica, será adotado o modo de disputa "**aberto**", no qual as licitantes classificadas apresentarão lances públicos e sucessivos durante o período de duração da disputa.

3.2.2 - A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública terá a duração contínua e ininterrupta de 06 (seis) horas, sendo finalizada de forma automática e eletrônica pelo sistema após o esgotamento deste prazo.

3.2.3 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, fica fixado em **R\$ 10,00** (dez reais).

3.2.4 - A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, prevalecendo o lance de menor valor recebido primeiro em caso de ofertas idênticas de empresas distintas.

3.2.5 - Caso a licitante classificada não apresente lances durante a fase de disputa, esta concorrerá automaticamente com o valor nominal de sua proposta inicial cadastrada no sistema.

3.2.6 - Na ocorrência de desconexão do sistema com o Agente de Contratação por tempo superior a 10 (dez) minutos durante a etapa competitiva, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da devida comunicação do fato aos participantes na plataforma.

4 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

4.1 - Da Análise de Conformidade e Desclassificação de Propostas

4.1.1 - Encerrada a etapa competitiva de lances, o Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não atendam às especificações exigidas no Projeto Técnico Arquitetônico e Urbanístico e no Memorial Descritivo.

4.1.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final global superior ao valor máximo fixado pela Administração de R\$ 56.477,94, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, cuja inviabilidade seja constatada pela fiscalização.

4.1.3 - O Agente de Contratação poderá convocar o licitante detentor do menor preço, por meio do "chat" da plataforma eletrônica, para enviar documento digital complementar ou a proposta comercial readequada ao último lance ofertado, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

4.1.4 - No caso de eventual discordância ou divergência formal na proposta final entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos; caso ocorra divergência entre os preços unitários e os preços totais das etapas, prevalecerão os unitários para fins de correção da planilha.

4.1.5 - Da sessão pública, o sistema gerará automaticamente ata circunstanciada, na qual estarão registrados em tempo real todos os atos do procedimento, as propostas aceitas, as desclassificações fundamentadas e as ocorrências relevantes.

4.2 - Dos Critérios de Desempate e Preferência para ME e EPP

4.2.1 - Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará automaticamente as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para fins de aplicação do direito de preferência da Lei Complementar nº 123/2006.

4.2.2 - As propostas ou lances de ME e EPP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta (caso esta seja de uma empresa de grande porte) serão consideradas formalmente empatadas com a primeira colocada.

4.2.3 - A ME ou EPP mais bem classificada dentro do intervalo de 5% terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema.

4.2.4 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP que se encontrem naquele mesmo intervalo, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

4.2.5 - Havendo eventual empate remanescente entre propostas iniciais ou lances de igual valor (não seguidos de novos lances), o critério de desempate observará as regras de preferência sucessiva previstas no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.6 - Persistindo o empate absoluto mesmo após a aplicação dos critérios legais sucessivos, a proposta vencedora será definida por meio de sorteio eletrônico realizado de forma automatizada pelo sistema da plataforma eletrônica.

5 - DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista

5.1.1 - Os documentos de habilitação serão exigidos exclusivamente da proponente que ofertar a proposta de menor valor global, sendo solicitados pelo Agente de Contratação logo após a fase de aceitação da proposta.

5.1.2 - Para fins de Habilitação Jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a)-** Cópia da Carteira de Identidade (RG) ou documento de identificação oficial equivalente do representante legal da empresa;
- b)-** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c)-** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de todas as alterações posteriores ou de sua consolidação.

5.1.3 - Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a)-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)-** Certidão Conjunta Negativa de Débitos (ou positiva com efeitos de negativa) relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições previdenciárias;
- c)-** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais do domicílio da licitante;
- d)-** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio da licitante;
- e)-** Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- f)-** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida pela Justiça do Trabalho.

5.2 - Qualificação Econômico-Financeira Simplificada e Cadastro

5.2.1 - Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, visando comprovar a ausência de riscos de insolvência na execução da obra, a licitante vencedora deverá apresentar Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica.

5.2.2 - Como condição prévia à declaração de pretensão vencedor, o Agente de Contratação realizará consulta de ofício nos cadastros públicos oficiais para verificar a inexistência de sanções impeditivas de licitar ou contratar, abrangendo o Cadastro do Tribunal de Contas da União (TCU), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

5.2.3 - Havendo necessidade de envio de documentos complementares ou de saneamento de falhas formais que não alterem a substância da proposta, a proponente será convocada via chat da plataforma eletrônica para envio no prazo de 02 (duas) horas.

5.3 - Qualificação Técnica

5.3.1 - Para fins de comprovação da Aptidão Técnica, a licitante deverá apresentar prova de registro ou inscrição regular, ativa e tempestiva da empresa e de seu(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s) perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) competente, devendo estar regularizado junto ao CREA/MG no momento da contratação.

5.3.2 - Exige-se a apresentação de pelo menos 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo conselho profissional, devidamente acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) baixada ou em execução, que comprove que o profissional indicado executou obra de engenharia com características semelhantes às do objeto, compreendendo pavimentação intertravada (bloquetes), projetos de urbanismo ou instalações em praças e parques públicos.

5.3.3 - O profissional detentor do acervo técnico deverá comprovar vínculo com a licitante no momento da assinatura do contrato, mediante contrato de prestação de serviços, vínculo empregatício, participação societária ou outro instrumento juridicamente válido.

6 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.1 - Do Prazo e Forma de Manifestação da Intenção de Recurso

6.1.1 - O Agente de Contratação declarará o vencedor e, após decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se houver, concederá o prazo mínimo de **10 (dez) minutos** para que qualquer licitante manifeste a sua intenção de recorrer.

6.1.2 - A manifestação da intenção de recorrer deverá ser feita obrigatoriamente de forma motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, indicando de forma clara e sucinta contra qual decisão pretende recorrer e por quais motivos fáticos e jurídicos.

6.1.3 - A falta de manifestação imediata, síncrona e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública na plataforma eletrônica, implicará a decadência automática desse direito, ficando o Agente de Contratação autorizado a adjudicar o objeto diretamente à licitante vencedora.

6.1.4 - Havendo manifestação na plataforma, caberá ao Agente de Contratação verificar exclusivamente a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer para decidir, fundamentadamente, se admite ou não o recurso.

6.1.5 - No momento da análise da admissibilidade na sessão pública, o Agente de Contratação não adentrará no mérito do recurso, limitando-se a aferir se os pressupostos formais de ampla defesa foram atendidos.

6.2 - Do Rito Processual e Prazos para Razões e Contrarrazões

6.2.1 - A licitante recorrente que tiver a sua intenção de recurso formalmente aceita pelo Agente de Contratação deverá registrar as suas razões recursais, em campo próprio da plataforma eletrônica, no prazo improrrogável de **03 (três) dias úteis**.

6.2.2 - A falta de preenchimento e apresentação das razões de recurso no sistema no prazo estipulado importará na decadência do direito, operando-se a preclusão e a consequente adjudicação do objeto à empresa declarada vencedora.

6.2.3 - Uma vez registradas as razões da recorrente, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as suas contrarrazões, também via plataforma eletrônica, em igual prazo de **03 (três) dias úteis**.

6.2.4 - O prazo para apresentação de contrarrazões começará a fluir de forma automática imediatamente no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo da recorrente, sendo assegurada a vista eletrônica imediata dos autos.

6.2.5 - O acolhimento do recurso administrativo por parte do Agente de Contratação ou da autoridade superior importará na invalidação e anulação estrita apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, preservando-se as demais etapas regulares do processo.

7 - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

7.1 - Do Rito de Encerramento do Procedimento Eletrônico

7.1.1 - Não havendo interposição de recursos administrativos, ou após o julgamento definitivo e rejeição daqueles porventura apresentados na plataforma, o objeto da presente dispensa eletrônica será formalmente adjudicado à licitante declarada vencedora por ato do Agente de Contratação.

7.1.2 - Constatada a estrita regularidade jurídica de todos os atos praticados ao longo do procedimento competitivo e de instrução, a autoridade competente, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, homologará o processo administrativo de contratação direta.

7.1.3 - Após o ato de homologação e adjudicação, a Administração Pública Municipal providenciará a publicação do extrato do resultado e do aviso de contratação nos meios oficiais de publicidade, dando início aos atos de convocação da empresa vencedora.

7.2 - Do Prazo para Assinatura do Contrato Administrativo e Retirada da Nota de Empenho

7.2.1 - Homologado o procedimento licitatório de dispensa, a empresa vencedora será formalmente convocada por meio do sistema eletrônico e por e-mail institucional para assinar o Contrato Administrativo e retirar a respectiva Nota de Empenho.

7.2.2 - A assinatura do Contrato Administrativo deverá ser realizada eletronicamente no prazo máximo e improrrogável de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da convocação oficial emitida pelo setor de licitações e contratos.

7.2.3 - Caso a licitante vencedora não atenda à convocação ou recuse-se injustificadamente a assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, decairá automaticamente do seu direito à contratação, ensejando a aplicação das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigação.

7.2.4 - Na hipótese de recusa, desatendimento do prazo ou não regularização das condições de habilitação por parte do primeiro colocado, a Administração reserva-se o direito de convocar os licitantes remanescentes, na ordem estrita de classificação, para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar o certame.

7.2.5 - No ato da assinatura do contrato, bem como durante toda a sua execução, a empresa contratada deverá comprovar e manter a regularidade de todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e técnica exigidas no Edital, sob pena de rescisão unilateral imediata.



8 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Das Infrações Administrativas

8.1.1 - Comete infração administrativa, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital, a empresa contratada que violar os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021 ou do Decreto Municipal nº 055/2023.

8.1.2 - Considera-se infração administrativa, ensejando a abertura de processo sancionatório, a conduta da empresa que:

- a)**- Der causa à inexecução parcial ou total do Contrato Administrativo;
- b)**- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de qualquer etapa física da obra sem motivo formalmente justificado e aceito pela fiscalização;
- c)**- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante o procedimento de dispensa ou durante a execução contratual;
- d)**- Praticar ato fraudulento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de qualquer natureza;
- e)**- Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

8.2 - Das Penalidades e Multas Aplicáveis

8.2.1 - À contratada que incorrer nas infrações descritas no subitem anterior poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

8.2.2 - Advertência: Será aplicada quando a contratada der causa à inexecução parcial leve do objeto, desde que o atraso não supere 10 (dez) dias corridos e não resulte em prejuízo direto para os serviços públicos municipais.

8.2.3 - Multa Moratória: Pelo atraso injustificado na execução das etapas da obra, será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos.

8.2.4 - Multa Compensatória: Pela inexecução total da obra ou por infrações graves que ensejem a rescisão do contrato, será aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total global da contratação.

8.2.5 - Para os casos de execução imperfeita do objeto ou descumprimento de obrigações acessórias, a multa compensatória será fixada no patamar de 1% a 3% (um a três por cento) sobre o valor total do contrato, a critério motivado da Administração.

8.2.6 - Impedimento de Licitar e Contratar: Será aplicado nos casos de atraso superior a 10 (dez) dias ou inexecução contratual que cause grave dano ao interesse coletivo, impedindo a empresa de licitar com o Município de Itanhomi/MG por prazo de até 3 (três) anos.

8.2.7 - Declaração de Inidoneidade: Será aplicada nos casos de fraude, apresentação de documentos falsos ou prática de atos lesivos à Administração, impedindo a empresa de licitar e contratar com toda a Administração Pública nacional por prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3 - Do Desconto de Valores e da Defesa Prévia

8.3.1 - Os valores decorrentes de multas administrativas aplicadas poderão ser deduzidos e descontados diretamente dos créditos devidos pelo Município à contratada, resultantes das medições da obra.

8.3.2 - Inexistindo créditos suficientes para a compensação integral da penalidade pecuniária, o saldo remanescente deverá ser recolhido administrativamente pela empresa no prazo máximo de 30 (trinta) dias ou será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

8.3.3 - Previamente à aplicação de qualquer sanção ou multa administrativa, será assegurada à empresa interessada a abertura de prazo de **15 (quinze) dias úteis** para a apresentação de defesa prévia por escrito, contados da data de sua intimação formal.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ATENDIMENTO

9.1 - Dos Esclarecimentos e da Impugnação do Edital

9.1.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública da dispensa, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital.

9.1.2 - Os pedidos de esclarecimentos ou as petições de impugnação deverão ser protocolizados e enviados exclusivamente por meio eletrônico, diretamente na plataforma eletrônica utilizada, no local específico indicado dentro do processo.

9.1.3 - Cabe ao Agente de Contratação decidir sobre a petição ou pedido de esclarecimento no prazo de até 02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data designada para a abertura da sessão pública da dispensa eletrônica.

9.1.4 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a Administração Pública Municipal a licitante que não o fizer no prazo estabelecido, hipótese em que as comunicações intempestivas não terão efeito de recurso.

9.1.5 - A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do certame, restando resguardado o seu direito de disputa até a decisão final do pleito.

9.2 - Das Publicações e Canais de Atendimento

9.2.1 - O presente Edital, bem como os subsequentes termos de adjudicação, homologação e o extrato do Contrato Administrativo serão formalmente publicados no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

9.2.2 - Os interessados poderão obter informações, consultar avisos, erratas ou adendos diretamente na plataforma eletrônica ou no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG, através do endereço eletrônico <https://www.itanhomi.mg.gov.br/licitacoes>.

9.2.3 - Dúvidas operacionais e pedidos de orientação administrativa também poderão ser encaminhados formalmente através do e-mail institucional do setor: itanhomiprefeitura@gmail.com.

9.2.4 - Poderão, ainda, ser obtidas informações diretamente no prédio sede do Departamento de Licitações da Prefeitura, situado na Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG – CEP: 35.120-000, de segunda a sexta-feira, nos horários das 07h00min às 11h00min e das 12h00min às 16h00min.

9.3 - Do Foro de Eleição

9.3.1 - As especificações técnicas, descrições e obrigações contidas neste Edital e em seus anexos vinculam a Administração Pública Municipal e a empresa contratada para todos os fins e efeitos de direito.

9.3.2 - Para a solução judicial de toda e qualquer controvérsia ou litígio oriundo do presente Edital ou da execução do Contrato Administrativo decorrente que não possa ser dirimido administrativamente, as partes elegem o Foro da Comarca de Itanhomi – MG, com expressa exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.4 - Da Prevalência das Normas e Suporte Tecnológico

9.4.1 - Na ocorrência de divergência entre os documentos da contratação, prevalecerão sucessivamente: I – Projeto Executivo e Memorial Descritivo; II – Planilha Orçamentária; III – Cronograma Físico-Financeiro; IV – Termo de Referência; V – Edital.

9.4.2 - Eventuais dúvidas, dificuldades técnicas ou questionamentos específicos de natureza estritamente operacional e de usabilidade referentes às funcionalidades da plataforma eletrônica da LICITANET deverão ser esclarecidos diretamente em contato com os canais oficiais de suporte da referida plataforma.

10 - ANEXOS DO EDITAL

10.1 - Relação de Anexos Integrantes

10.1.1 - Integram o presente Edital de Dispensa Eletrônica, para todos os fins, efeitos legais e de direito, como partes indissociáveis de seu corpo conceitual e operacional, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Apresentação da Proposta Comercial;

ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada de Habilitação;

ANEXO IV - Minuta do Termo de Contrato Administrativo.



10.2 - Relação de Apêndices Técnicos do Termo de Referência

10.2.1 - Figuram acoplados ao Anexo I (Termo de Referência), na condição de apêndices técnicos de cumprimento e observância obrigatória por parte da contratada, os seguintes documentos de engenharia:

I - Projeto Técnico Arquitetônico e Urbanístico;

II - Memorial Descritivo da Obra;

III - Planilha Orçamentária de Custos, Memorial de Cálculo e Cronograma Físico-Financeiro;

IV - Composição de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);

V - Relatório Fotográfico Preliminar.

Prefeitura Municipal de Itanhomi, 29 de maio de 2026.

LAERTE MARTINS ALVES DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Constitui objeto da presente contratação a execução de obra de engenharia destinada à construção da praça pública “Praça Vanessa Gomes de Carvalho”, localizada no Bairro Cidade Nova, no Município de Itanhomi – MG. Os serviços deverão ser integralmente executados em estrita conformidade com os projetos técnicos, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária detalhada que integram este Termo de Referência.

1.2 - O objeto desta contratação classifica-se juridicamente como Obra de Engenharia, nos termos do artigo 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A classificação decorre da natureza da intervenção, que resulta em inovação e alteração substancial do espaço público por meio de um conjunto de ações integradas de engenharia civil, infraestrutura e urbanismo, cuja fiel execução exige a aplicação de conhecimentos técnicos especializados e supervisão por profissional legalmente habilitado e registrado no conselho de classe competente.

1.3 - A execução do objeto contratual dar-se-á sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, em estrita observância ao disposto no artigo 46, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção deste regime justifica-se pelo fato de que o escopo dos serviços encontra-se integralmente delimitado, definido e quantificado nos projetos de engenharia e planilhas que instruem o processo, o que confere previsibilidade e precisão à estimativa de custos, vinculando a contratada à entrega do objeto em sua totalidade pelo preço fixo e predeterminado de **R\$ 56.477,94 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos)**.

2 - JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A presente contratação direta projeta-se sob o manto da legalidade estrita, encontrando pleno esteio no artigo 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). O referido dispositivo autoriza a dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia, desde que o valor estimado não supra o teto legal estabelecido. Para o exercício financeiro de 2026, referida baliza pecuniária restou atualizada para o montante de R\$ 131.060,54, por força do Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025.

2.1.1 - Tendo em vista que o orçamento global estimado para a execução da Praça Pública Vanessa Gomes de Carvalho perfaz o valor total de R\$ 56.477,94, constata-se a perfeita subsunção do fato à norma legal (juízo de tipicidade administrativa). A opção pelo procedimento da Dispensa, operacionalizada via plataforma Eletrônica, materializa o postulado constitucional da eficiência (Art. 37, *caput*, da CF/88) e o princípio da celeridade, na medida em que desonera a Administração Pública dos elevados custos operacionais e prazos dilatados de um certame convencional, sem prejuízo da ampla competitividade e da isonomia entre os interessados na disputa eletrônica.

2.2 - O ato administrativo de contratação deve, obrigatoriamente, subordinar-se ao princípio da motivação, pressuposto de validade formal que exige a demonstração clara e congruente do nexo de causalidade entre as necessidades da coletividade e o objeto a ser avençado. No caso vertente, a construção da praça pública atende a uma demanda histórica dos moradores do Bairro Cidade Nova, em Itanhomi - MG. O local destinado à intervenção carece atualmente de infraestrutura adequada, configurando-se como um espaço subutilizado.

2.2.1 - A implantação do projeto urbanístico, composto por pavimento intertravado de alta durabilidade, guias pré-fabricadas, paisagismo com grama esmeralda e sistema moderno de iluminação pública em LED, visa à humanização do ambiente urbano. Busca-se propiciar à população local um espaço salubre e seguro de convivência comunitária, lazer e descanso. Promove-se, por conseguinte, a valorização imobiliária da região, a melhoria da qualidade de vida urbana e a garantia do direito social ao lazer, preceituado no artigo 6º da Carta Magna de 1988.

2.3 - O valor referencial da contratação, estipulado em R\$ 56.477,94, reflete com fidedignidade os preços vigentes no mercado setorial da construção civil. O montante foi obtido mediante rigorosa pesquisa de preços parametrizada em tabelas oficiais de referência de custos de engenharia, adotando-se de forma combinada as bases do Sistema de Infraestrutura de Minas Gerais (SEINFRA-MG, janeiro de 2026) e do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI-MG, março de 2026), acrescido do Benefício e Despesas Indiretas (BDI) legalmente dimensionado.

2.3.1 - Sob o prisma da segurança jurídica e da probidade administrativa, a municipalidade declara expressamente a inocorrência de fracionamento ilegal de despesa, repelindo qualquer afronta ao

espírito do artigo 75, § 5º, da Lei nº 14.133/2021. A presente intervenção configura uma demanda isolada, específica e autônoma para a localidade da Praça Vanessa Gomes de Carvalho, não se confundindo com parcelas de uma obra maior que devesse ser licitada globalmente por outra modalidade contratual, inexistindo no presente exercício financeiro outra contratação de idêntica natureza para o mesmo canteiro ou subelemento de despesa.

3 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ELEMENTOS DO PROJETO

3.1 - A execução da obra pública de engenharia deverá observar, de forma rigorosa e cogente, as diretrizes, alinhamentos, cotas, plantas e especificações contidas no Projeto Técnico Arquitetônico e Urbanístico, bem como o diagnóstico situacional preliminar constante do Relatório Fotográfico Preliminar. O detalhamento executivo dos materiais, processos construtivos e acabamentos segue as balizas estipuladas no Memorial Descritivo da Obra, o qual fixa os padrões mínimos de qualidade exigidos para os elementos de pavimentação em piso intertravado (bloquete), guias pré-fabricadas, plantio de grama esmeralda e a instalação da infraestrutura elétrica para iluminação decorativa em LED. Todos os referidos documentos técnicos integram o presente Termo de Referência na condição de Apêndices. Qualquer desconformidade ou desvio na execução em relação aos referidos elementos ensejará a imediata rejeição dos serviços pela fiscalização, correndo os custos de demolição e refazimento por conta exclusiva da contratada.

3.2 - O custo global máximo estimado para a execução integral do objeto é de **R\$ 56.477,94 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos)**, conforme discriminado analiticamente na Planilha Orçamentária de Custos, Memorial de Cálculo e Cronograma Físico-Financeiro, anexa a este instrumento como Apêndice. Referido montante reflete a soma exata dos custos unitários dos serviços necessários para a consolidação física da praça, estando fundamentado nas composições de custos das tabelas oficiais de referência SEINFRA-MG (janeiro/2026) e SINAPI-MG (março/2026).

3.2.1 - Os preços poderão ser reajustados após 12 meses da data-base do orçamento estimado, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

3.2.2 - Não serão admitidos pleitos decorrentes de quantitativos claramente identificáveis pelos licitantes, ressalvadas as hipóteses de erro material, omissão relevante ou necessidade de alteração contratual prevista na Lei nº 14.133/2021., compete à licitante a conferência minuciosa de todas as dimensões e quantitativos antes do envio de sua proposta na plataforma de disputa.

3.3 - Integrando a modelagem financeira do preço de referência, os percentuais e as taxas que compõem o custo indireto encontram-se pormenorizados no documento de Composição de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), encartado como Apêndice deste instrumento. O BDI adotado pela Administração Pública Municipal foi dimensionado em estrita observância às normas regulamentares vigentes, englobando as parcelas de administração central, seguros, riscos, despesas financeiras, tributos incidentes sobre o faturamento (ISS, PIS e COFINS) e a margem de lucro projetada para o segmento de obras públicas de infraestrutura urbana. Os custos de mão de obra contemplam a incidência integral das taxas de encargos sociais cabíveis para o Estado de Minas Gerais, devendo as licitantes apresentar em suas propostas eletrônicas o detalhamento de seu próprio BDI, o qual deverá ser compatível com a realidade econômica da proposta e observar os parâmetros referenciais adotados pela Administração.

4 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PRAZOS

4.1 - O prazo para a execução integral de todas as etapas da obra será de **60 (sessenta) dias corridos**, cuja contagem iniciar-se-á obrigatoriamente a partir da data de recebimento, por parte da contratada, da Ordem de Início de Serviço (OIS). Este prazo está diretamente vinculado às metas e percentuais estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, devendo a contratada dimensionar sua equipe de trabalho e fornecimento de materiais para cumprir rigorosamente as etapas planejadas, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis por atraso injustificado.

4.2 - A Ordem de Início de Serviço (OIS) será emitida pela Administração Pública Municipal em até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura do Contrato Administrativo ou do recebimento da Nota de Empenho. A emissão do documento fica condicionada à indicação, por parte da empresa contratada, do Engenheiro Civil ou Arquiteto que atuará como Responsável Técnico residente da obra, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) devidamente quitada perante o conselho de classe.

4.3 - O prazo de vigência do instrumento contratual será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura. A estipulação deste prazo de vigência, superior ao prazo de execução da obra, justifica-se tecnicamente para abarcar não apenas o período de construção física, mas também os prazos legais e regulamentares destinados às medições finais, ao recebimento provisório e definitivo do objeto pela comissão de fiscalização, bem como para a tramitação do processo administrativo de encerramento e liquidação financeira da despesa.

4.4 - Os serviços serão executados na Praça Vanessa Gomes de Carvalho, situada no Bairro Cidade Nova, no perímetro urbano do Município de Itanhomi – MG. A empresa contratada será a única e exclusiva responsável pela implantação do canteiro de obras, devendo providenciar o cercamento/fechamento da área de intervenção para garantir a segurança de pedestres e operários, a sinalização visual diurna e noturna de advertência, a guarda e vigilância de materiais e equipamentos, bem como as instalações provisórias de água e energia elétrica necessárias, correndo todas as despesas correlatas por sua conta.

4.5 - O descarte de resíduos da construção civil (bota-fora) resultantes da execução dos serviços deverá ser realizado em local licenciado ambientalmente, cuja indicação definitiva será formalizada pela Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo de Itanhomi/MG em reunião técnica inicial com a empresa contratada, restrita ao perímetro urbano ou num raio máximo de até 15 (quinze) quilômetros do local da obra.

4.5.1 - Correrão por conta exclusiva da contratada todas as despesas com transporte, carga, descarga e taxas de disposição final, não cabendo qualquer pleito de realinhamento de preços ou reequilíbrio econômico-financeiro em razão da localização do descarte dentro do raio estipulado.

5 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DIRETRIZES AMBIENTAIS

5.1 - A empresa contratada obriga-se a executar os serviços objeto deste termo em estrita conformidade com os projetos técnicos, memorial descritivo e normas técnicas da ABNT aplicáveis, fornecendo toda a mão de obra qualificada, materiais de boa qualidade, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução da obra. É dever da contratada indicar e manter, durante todo o período de execução, profissional legalmente habilitado (Engenheiro Civil ou Arquiteto) como Responsável Técnico

residente, providenciando a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) devidamente quitada perante o conselho de classe (CREA/MG ou CAU/MG). Correrão por conta exclusiva da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis resultantes da execução do contrato, bem como a obrigação de refazer, às suas expensas, quaisquer serviços que apresentarem defeitos, vícios ou desconformidades apontadas pela fiscalização.

5.2 - Cabe à Administração Pública Municipal proporcionar todas as condições necessárias para que a empresa contratada possa executar os serviços de forma regular e contínua, garantindo o livre acesso de seus operários e equipamentos ao local da obra.

5.2.1 - A municipalidade deverá emitir formalmente a Ordem de Início de Serviço (OIS) após o cumprimento das etapas administrativas prévias, além de designar o servidor responsável pela gestão e fiscalização da execução contratual.

5.2.2 - É obrigação da Administração acompanhar as etapas da obra, realizar as medições dos serviços efetivamente executados nos prazos estipulados e efetuar o pagamento correspondente em estrita observância às condições financeiras estabelecidas neste instrumento, notificando a contratada, por escrito e tempestivamente, sobre quaisquer falhas ou irregularidades detectadas no canteiro.

5.3 - A empresa contratada deverá conduzir a execução dos serviços observando práticas básicas de organização e zelo ambiental, voltadas à redução de desperdícios comuns na construção civil. Para tanto, recomenda-se a adoção de medidas simples de racionalização no uso de água e energia elétrica no canteiro de obras, bem como o correto armazenamento de insumos e agregados para evitar perdas de materiais.

5.3.1 - Os resíduos e sobras de obras gerados deverão ser periodicamente recolhidos e mantidos sob organização até o seu transporte definitivo para o local licenciado a ser indicado pela municipalidade.

5.3.2 - A execução dos serviços deverá, ainda, buscar a mitigação de poeira e ruídos excessivos nos horários de descanso, garantindo a harmonia com o entorno residencial da praça e o respeito às normas básicas de posturas urbanas do município.

6 - CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 - Gestão e Fiscalização do Contrato

6.1.1 - Fica formalmente designado como fiscal titular do contrato o servidor público municipal Sr. PEDRO AUGUSTO AREDES MOTA, Chefe de Setor, que atuará como representante direto da Administração Pública Municipal na supervisão técnica e operacional da obra.

6.1.2 - Compete ao fiscal do contrato registrar em relatório próprio ou no Diário de Obra todas as ocorrências, intercorrências e andamentos dos serviços, determinando as correções necessárias em caso de falhas constatadas.

6.1.3 - As exigências e observações formuladas pelo fiscal da obra deverão ser integralmente atendidas pela contratada dentro dos prazos fixados, sob pena de paralisação dos serviços e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.2 - Critérios e Procedimentos para Medições

6.2.1 - O faturamento e o respectivo processamento financeiro estarão estritamente condicionados à conclusão de etapas fechadas, em total conformidade com as metas e percentuais estabelecidos na Planilha Orçamentária de Custos, Memorial de Cálculo e Cronograma Físico-Financeiro.

6.2.2 - Poderão ser realizadas medições parciais dos serviços efetivamente executados, desde que tecnicamente mensuráveis, aprovados pela fiscalização e compatíveis com o cronograma físico-financeiro.

6.2.3 - Ao término de cada etapa fechada, a contratada solicitará por escrito a medição dos serviços, devendo a fiscalização realizar a vistoria e emitir o atestado de aprovação no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do requerimento.

6.3 - Rito de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra

6.3.1 - O Recebimento Provisório será realizado pelo fiscal do contrato em até 15 (quinze) dias após a comunicação escrita da contratada sobre a conclusão total dos serviços, mediante a lavratura de Termo de Recebimento Provisório, atestando a conformidade aparente da obra com o Memorial Descritivo.

6.3.2 - O Recebimento Definitivo dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da lavratura do termo provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo de Recebimento Definitivo, após minuciosa vistoria técnica que confirme o perfeito funcionamento de todas as instalações.

6.3.3 - A assinatura dos termos de recebimento não exime a empresa contratada de sua responsabilidade civil pela solidez, segurança e qualidade técnica da obra, bem como pelos vícios ocultos que porventura surjam, nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - Classificação Orçamentária e Fonte de Recursos

7.1.1 - As despesas financeiras decorrentes da execução do objeto desta contratação direta correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Itanhomi – MG para o presente exercício financeiro, instituído e disciplinado pela Lei Municipal nº 1.983, de 17 de novembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual).

7.1.2 - A classificação programática, institucional e econômica da despesa está formalmente vinculada e estruturada sob a seguinte dotação orçamentária:

I - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO PRAÇAS/PARQUES/JARDINS/MIRANTES.

a) - Ficha 258: 02.07.01.15.452.0020.1018.4.4.90.51.00 - Fontes 1.706.000.0000; 2.710.000.3210.

7.1.3 - O lastro e a origem financeira dos recursos para a cobertura da presente despesa estão devidamente identificados sob a fonte citada, cuja disponibilidade orçamentária decorre dos termos fixados pela **Resolução SEGOV nº 16, de 29 de abril de 2025**.

7.2 - Forma, Condições e Prazos para Pagamento

7.2.1 - O pagamento devido à empresa contratada será efetuado exclusivamente por meio de transferência bancária eletrônica (TED) para a conta corrente de titularidade da pessoa jurídica vencedora, após a regular liquidação da despesa.

7.2.2 - O prazo para a efetivação do desembolso financeiro por parte do Tesouro Municipal será de **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do encerramento do ato de ateste e aprovação da medição da respectiva etapa fechada por parte do fiscal do contrato.

7.2.3 - Para dar início ao trâmite de pagamento, a contratada deverá protocolar a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e) correspondente à etapa executada, obrigatoriamente acompanhada das certidões de regularidade com o FGTS, INSS, e Fazendas Públicas (Federal, Estadual e Municipal) devidamente válidas.

7.2.4 - Caso seja constatada qualquer incorreção na Nota Fiscal, ausência de documento obrigatório ou divergência nos dados técnicos da medição, o fluxo administrativo de pagamento será imediatamente interrompido.

7.2.5 - O prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento começará a fluir novamente, de forma integral, apenas após a reapresentação escoreta dos documentos ou a correção das pendências por parte da contratada, não cabendo qualquer direito a juros, atualização monetária ou penalidades à Administração Pública Municipal por tal atraso.

8 - PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E HABILITAÇÃO

8.1 - Condução da Sessão Pública de Dispensa Eletrônica e Critério de Julgamento

8.1.1 - A seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal será realizada por meio de procedimento de dispensa eletrônica, operacionalizado em plataforma eletrônica adequada (as orientações detalhadas acerca da plataforma eletrônica a ser utilizada estarão pormenorizadas no corpo do edital de dispensa).

8.1.2 - O critério de julgamento adotado para a seleção da proposta será o de **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução por empreitada por **PREÇO GLOBAL**, em estrita conformidade com o artigo 33, inciso I, combinado com o artigo 46, § 1º, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.3 - Durante a fase de envio de lances na plataforma eletrônica, as propostas apresentadas pelas empresas participantes deverão contemplar a totalidade dos custos diretos e indiretos necessários para a execução integral da obra, incluindo materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos incidentes e o BDI.

8.2 - Requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista

8.2.1 - Para fins de habilitação jurídica, a empresa participante deverá apresentar os atos constitutivos vigentes (contrato social, estatuto ou requerimento de empresário individual), acompanhados de todas as alterações posteriores, devidamente registrados no órgão comercial ou civil competente.

8.2.2 - A regularidade fiscal, social e trabalhista será integralmente comprovada mediante a apresentação das certidões negativas (ou positivas com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos federais (abrangendo a Dívida Ativa da União e contribuições previdenciárias), estaduais e municipais do domicílio da licitante.

8.2.3 - Adicionalmente, deverá ser demonstrada a regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS) e perante a Justiça do Trabalho, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade.

8.3 - Requisitos de Qualificação Econômico-Financeira

8.3.1 - A qualificação econômico-financeira das empresas participantes visa demonstrar a solidez e a saúde financeira necessárias para suportar a execução da obra sem riscos de descontinuidade.

8.3.2 - A comprovação limitar-se-á à apresentação de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da sessão pública.

8.3.3 - Em razão do rito simplificado inerente à dispensa por valor e com base no princípio da proporcionalidade frente ao montante estimado da contratação (R\$ 56.477,94), fica dispensada a exigência de balanço patrimonial e índices financeiros complexos.

8.4 - Requisitos de Qualificação Técnica

8.4.1 - As licitantes deverão comprovar sua aptidão técnica mediante a apresentação de registro ou inscrição regular, ativa e tempestiva da empresa e de seu(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s) perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) competente.

8.4.2 - Exige-se a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo conselho profissional, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que comprove que o profissional indicado executou, a qualquer tempo, obra ou serviço de engenharia com características semelhantes às do objeto (compreendendo pavimentação intertravada, urbanismo ou instalações em praças/parques públicos).

8.4.3 - No ato da assinatura do contrato, o profissional detentor do acervo técnico deverá integrar o quadro permanente da empresa (na condição de sócio, empregado ou contratado formal), sendo obrigatória a sua manutenção como responsável técnico residente e disponível para o acompanhamento das vistorias e medições da fiscalização municipal.

9 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Das Infrações Administrativas

9.1.1 - Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a empresa contratada que der causa à inexecução parcial ou total do contrato, ou que atrasar injustificadamente o início ou o andamento de qualquer etapa física prevista no Cronograma Físico-Financeiro.

9.1.2 - Também serão configuradas como infrações administrativas a apresentação de documentação falsa, a ensejada de declaração fraudulenta, a prática de atos ilícitos que visem frustrar os objetivos da contratação, bem como o descumprimento continuado das ordens emitidas pela fiscalização municipal.

9.1.3 - A recusa injustificada em assinar o Contrato Administrativo ou em retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração Pública Municipal sujeitará a empresa vencedora às mesmas penalidades aplicáveis decorrentes da inexecução total do objeto.

9.2 - Das Penalidades Aplicáveis

9.2.1 - Pela comissão das infrações tipificadas, o Município de Itanhomi – MG poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções estabelecidas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, de forma isolada ou cumulativa.

9.2.2 - A sanção de Advertência será aplicada nas hipóteses de descumprimentos leves de ordens da fiscalização ou falhas formais na condução do canteiro de obras que não gerem prejuízo financeiro ou atraso no cronograma da praça.

9.2.3 - A Multa Moratória será aplicada à razão de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor da respectiva etapa inadimplida do Cronograma Físico-Financeiro, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor global do contrato.

9.2.4 - A Multa Compensatória pela inexecução parcial ou total do objeto será fixada no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da parcela contratual inadimplida, ensejando a rescisão unilateral da avença.

9.2.5 - O valor de qualquer multa aplicada poderá ser descontado diretamente dos créditos decorrentes das medições a serem pagas pela Administração ou, se inexistentes, cobrado administrativa ou judicialmente.

9.2.6 - As sanções de Impedimento de Licitar e Contratar (por prazo de até 3 anos) e de Declaração de Inidoneidade (por prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos) serão aplicadas nos casos graves de fraude, apresentação de documentos falsos ou reincidência em descumprimentos contratuais gravosos.

9.3 - Do Rito Processual, Contraditório e Ampla Defesa

9.3.1 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de processo administrativo sancionatório próprio, instaurado pela autoridade competente, assegurando-se à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.3.2 - O prazo para a apresentação de defesa prévia por escrito pela empresa será de 15 (quinze) dias úteis, contados estritamente a partir da data de recebimento da respectiva notificação formal emitida pelo Município, conforme determinado no artigo 157 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3 - Na aplicação e dosimetria das penalidades, a Administração Pública Municipal considerará, motivadamente, a gravidade da falta, a extensão dos danos causados ao erário e ao interesse público, o princípio da proporcionalidade, bem como o histórico de penalidades já aplicadas à contratada.



10 - DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Da Responsabilidade pela Elaboração

10.1.1 - O presente Termo de Referência foi integralmente formulado, estruturado e revisado em estrita consonância com os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 12.807/2025, refletindo as reais necessidades técnicas e operacionais da municipalidade.

10.1.2 - Fica formalmente designado como autor e responsável pela elaboração deste instrumento técnico o Senhor CARLOS DIOGO FONTES, detentor do cargo de Secretário Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo de Itanhomi – MG.

10.2 - Da Validação e Aprovação Autorizativa

10.2.1 - Para que surta seus regulares efeitos jurídicos, administrativos e financeiros, e sirva de baliza norteadora para a abertura do respectivo processo de dispensa eletrônica de licitação, este Termo de Referência deverá ser apreciado e formalmente aprovado pela autoridade competente do Poder Executivo Municipal.

10.2.2 - A validação final e a autorização para a correspondente dotação e empenho global da despesa competem exclusivamente ao ordenador de despesas do município, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 22 de abril de 2026.

CARLOS DIOGO FONTES
Secretário Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL REALINHADA

(A ser apresentado exclusivamente pelo licitante declarado vencedor, no prazo fixado, após o encerramento da etapa de lances)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

FORMA DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: _____

CNPJ: _____

À Prefeitura Municipal de Itanhomi – MG

Ref.: Edital de Dispensa de Licitação nº 032/2026

Apresentamos nossa Proposta Comercial Realinhada para a execução de obra de engenharia destinada à construção de praça pública na Praça Vanessa Gomes de Carvalho, localizada no Bairro Cidade Nova, em total conformidade com o Projeto Técnico, Memorial Descritivo e exigências do Edital, pelo valor global a seguir discriminado:

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (DEDUZIDO O DESCONTO DO LANCE VENCEDOR):

R\$ _____ (_____).

DECLARAÇÕES VINCULANTES:

1 - Declaramos que no valor global ofertado estão inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução integral da obra, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, transportes, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, além do BDI.



2 - Declaramos que o prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da sessão pública.

3 - Em anexo a esta proposta, apresentamos a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro de Engenharia devidamente realinhados, aplicando-se o percentual de desconto obtido na sessão pública de forma linear e proporcional sobre cada um dos itens e subitens dos custos unitários da Administração.

Local e data: _____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal e Carimbo do CNPJ

Observação: Este documento deverá ser obrigatoriamente preenchido e emitido em papel timbrado da empresa licitante

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE HABILITAÇÃO

Ilmo. Sr. Laerte Martins Alves de Oliveira - Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itanhomi – MG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

EDITAL Nº 032/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

Eu, _____ (nome completo do representante), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, na qualidade de representante legal devidamente constituído(a) da empresa _____ (razão social da proponente), inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARO**, para os devidos fins de direito, sob as penalidades da lei e em especial para fins de participação no procedimento de contratação direta acima identificado, que a empresa:

- 1 -** Está plenamente ciente e concorda de forma irrestrita com todas as condições, exigências e obrigações contidas no Edital de Dispensa Eletrônica nº 032/2026 e seus respectivos anexos técnicos.
- 2 -** Cumpre rigorosamente o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 3 -** Inexistem, até a presente data, fatos ou eventos supervenientes impeditivos para a sua habilitação jurídica, técnica, fiscal ou econômico-financeira no presente processo licitatório, comprometendo-se a relatar imediatamente à Administração qualquer alteração posterior.
- 4 -** Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera da Federação, nos termos do artigo 156, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como não se encontra suspensa ou impedida de licitar com o Município de Itanhomi – MG.
- 5 -** Não possui em seu quadro societário, diretivo ou de colaboradores com poder de comando, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público, agente de contratação ou dirigente que atue diretamente na instrução, julgamento ou fiscalização deste procedimento na Prefeitura Municipal de Itanhomi – MG.
- 6 -** Assume inteira e exclusiva responsabilidade civil e criminal pela autenticidade, integridade e veracidade de todos os documentos digitais e propostas financeiras inseridos na plataforma eletrônica.
- 7 -** Compromete-se formalmente a manter, durante todo o período de vigência e execução do Contrato Administrativo, em estrita compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.



8 - Cumpre integralmente os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não incorrendo em nenhuma das vedações do § 4º do referido artigo, estando legalmente apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49 (Assinalar com um "X" a opção correspondente abaixo):

- **8.1 - () Sim**, enquadrada como Microempresa (ME).
- **8.2 - () Sim**, enquadrada como Empresa de Pequeno Porte (EPP).
- **8.3 - () Não**, outros enquadramentos / ampla concorrência.

Local e data: _____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal e Carimbo do CNPJ

Observação: Este documento deverá ser obrigatoriamente preenchido e emitido em papel timbrado da empresa licitante



ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato de execução de obra de engenharia celebrado entre o Município de Itanhomi – MG e a empresa _____, tendo por objeto a construção de praça pública na Praça Vanessa Gomes de Carvalho, localizada no Bairro Cidade Nova.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.493.239/0001-06, sediada à Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº MG-8.044.288 – expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – inscrito no CPF sob o nº 056.965.966-30, residente e domiciliado à Rua Padre Antônio Rossi, nº 35-A – Centro – Município de Itanhomi-MG.

CONTRATADA: _____

_____, neste ato representada legalmente por seu representante constituído, o(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____.

As partes contratantes acima qualificadas e identificadas têm justo e entre si pactuado o presente instrumento jurídico, cuja celebração foi formalmente autorizada em estrita conformidade com os autos do Processo Administrativo nº 040/2026 – Dispensa de Licitação nº 010/2026, decorrente do Edital nº 032/2026, com amparo legal fundamentado no artigo 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada no âmbito do Poder Executivo Municipal pelo Decreto Municipal nº 055/2023, sujeitando-se mutuamente às normas e preceitos legais vigentes e pelas cláusulas e condições infra-enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 - O presente Contrato Administrativo tem por objeto a execução de obra de engenharia destinada à construção de praça pública na Praça Vanessa Gomes de Carvalho, localizada no Bairro Cidade Nova, no Município de Itanhomi – MG, em estrita conformidade com as especificações técnicas, projetos urbanísticos, planilhas orçamentárias e cronogramas constantes do Edital de Dispensa de Licitação nº 032/2026 e de seu Anexo I – Termo de Referência, os quais integram este instrumento para todos os fins e efeitos de direito, vinculando integralmente as partes contratantes.

1.2 - A execução da referida obra de engenharia dar-se-á sob o regime de Empreitada por Preço Global, nos termos fundamentados pelo artigo 46, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Este regime vincula juridicamente a CONTRATADA à entrega do objeto em sua integridade material, perfeitamente acabado, limpo e operacional, por preço certo, fixo e predeterminado, não cabendo pleitos de acréscimos financeiros por erros decorrentes do dimensionamento quantitativo ordinário de sua própria proposta comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - O valor total global do presente Contrato Administrativo é de R\$ _____ (_____), correspondente ao preço final reajustado e homologado no procedimento licitatório, no qual estão compreendidos todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução integral da obra, incluindo o fornecimento de materiais, insumos, ferramentas, equipamentos, mão de obra qualificada, transportes, taxas, impostos, contribuições fiscais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como a respectiva taxa de BDI (Benefício e Despesas Indiretas).

2.1.1 - Os preços poderão ser reajustados após 12 meses da data-base do orçamento estimado, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

2.2 - As despesas financeiras decorrentes da execução deste instrumento contratual correrão exclusivamente por conta de dotação orçamentária específica prevista e indicada no orçamento vigente do Município de Itanhomi – MG, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.983, de 17 de novembro de 2025, onerando a seguinte classificação programática e orçamentária:



I - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO PRAÇAS/PARQUES/JARDINS/MIRANTES.

a) - Ficha 258: 02.07.01.15.452.0020.1018.4.4.90.51.00 - Fonte 1.706.000.0000; 2.710.000.3210.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 - O prazo para a execução física e integral de todas as etapas da obra de engenharia objeto deste contrato será de 60 (sessenta) dias, com início contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento formal da Ordem de Serviço a ser emitida pela Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo, devendo a CONTRATADA seguir rigorosamente o Cronograma Físico-Financeiro.

3.2 - O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura por ambas as partes, na forma estabelecida pelo artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, admitida a sua prorrogação excepcional nos estritos termos, limites e hipóteses autorizadas pela legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

4.1 - O pagamento pela execução da obra objeto deste Contrato será realizado em estrita conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, mediante a aferição e medição por etapas fechadas e efetivamente concluídas, devidamente inspecionadas, aprovadas e atestadas pelo Fiscal do Contrato designado pela Administração Pública Municipal.

4.2 - Após o regular atesto da medição e a formalização do recebimento da respectiva etapa, a CONTRATADA deverá apresentar a correspondente Nota Fiscal para fins de liquidação e pagamento, o qual será efetuado em até 30 (trinta) dias, condicionado à prévia comprovação e manutenção da regularidade fiscal, social e trabalhista da empresa através das certidões negativas de débito vigentes do FGTS, CNDT, Tributos Federais, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal de seu domicílio.

CLÁUSULA QUINTA - DOS MODELOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1 - A execução do presente Contrato Administrativo será acompanhada e fiscalizada diretamente pelo servidor público municipal, o Senhor PEDRO AUGUSTO AREDES MOTA, Chefe de Setor, formalmente designado para atuar como Fiscal do Contrato, competindo-lhe realizar as inspeções técnicas, registrar as ocorrências em relatório próprio e atestar as medições das etapas executadas em estrita conformidade com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 - A gestão administrativa, orçamentária e o controle de prazos deste instrumento ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo, por intermédio de seu Secretário titular, a quem competirá a emissão oficial de ordens de serviço, análise de requerimentos de prorrogação e aplicação de diretrizes da Administração.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E SEGURANÇA

6.1 - Executar a obra de engenharia destinada à construção da praça pública em estrita observância aos projetos arquitetônicos, urbanísticos, memoriais descritivos e normas técnicas da ABNT, fornecendo por sua conta e responsabilidade toda a mão de obra qualificada, ferramentas, insumos, materiais de primeira qualidade e equipamentos necessários, obrigando-se a refazer, às suas expensas, qualquer serviço rejeitado pela fiscalização por inconformidade ou vício executivo.

6.2 - Manter o canteiro de obras devidamente isolado, protegido e sinalizado de forma a garantir a segurança dos pedestres e trabalhadores no entorno da Praça Vanessa Gomes de Carvalho, responsabilizando-se pelo cumprimento rigoroso das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego relativas à segurança e medicina do trabalho, com fornecimento obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) aos seus funcionários.

6.3 - Assumir integral e exclusiva responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos materiais, físicos ou prejuízos causados diretamente ao patrimônio do Município de Itanhomi – MG ou a terceiros, decorrentes de dolo, culpa, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos ou subordinados durante a execução dos serviços urbanísticos.

6.4 - É expressamente vedada a subcontratação da parcela principal do objeto desta contratação, em consonância com o artigo 122 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com as vedações estabelecidas no Decreto Municipal nº 055/2023, permanecendo a CONTRATADA como única e direta responsável técnica e jurídica perante a Administração Pública Municipal pelo andamento e conclusão da obra.

6.5 - Manter, durante todo o período de vigência e execução deste instrumento contratual, em estrita compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas originariamente no Edital nº 032/2026.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Promover a liberação formal, desimpedida e tempestiva da área da Praça Vanessa Gomes de Carvalho para a instalação do canteiro de obras e início imediato das intervenções urbanísticas, fornecendo à CONTRATADA todos os projetos, elementos e dados técnicos complementares necessários à perfeita execução dos serviços.

7.2 - Exercer o acompanhamento, o controle e a fiscalização técnica e administrativa da obra por intermédio do servidor expressamente designado, dirimindo as dúvidas operacionais que surgirem, inspecionando o canteiro e realizando as medições parciais no prazo regulamentar estabelecido.

7.3 - Efetuar o pagamento das Notas Fiscais correspondentes às etapas de engenharia efetivamente executadas, liquidadas e atestadas pelo fiscal, observando os prazos e condições financeiras estabelecidas neste instrumento contratual, desde que mantida a regularidade documental da CONTRATADA.

7.4 - Responder formalmente, por intermédio de seus órgãos técnicos e da fiscalização contratual, a quaisquer consultas, solicitações de esclarecimentos ou pleitos administrativos formulados por escrito pela CONTRATADA no decorrer dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento contratual, ou a infração de preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 055/2023, sujeitará a CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, às sanções administrativas de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade.

8.2 - A sanção de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial leve de obrigações contratuais secundárias ou acessórias que não resultem em prejuízos diretos ao andamento físico da obra ou ao interesse público municipal.

8.3 - Pelo atraso injustificado na execução de qualquer etapa da obra em relação aos prazos previstos no Cronograma Físico-Financeiro, será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da respectiva parcela inadimplida, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos.

8.4 - Pela inexecução total do objeto ou por infrações de natureza grave que deem ensejo à rescisão unilateral deste Contrato Administrativo por culpa exclusiva da empresa, será aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total global atualizado da contratação.

8.5 - Para os casos de execução imperfeita, atraso superior a 10 (dez) dias ou reincidência em faltas contratuais, a multa compensatória poderá ser fixada entre 1% (um por cento) e 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Itanhomi – MG por prazo de até 3 (três) anos.

8.6 - Os valores decorrentes de multas administrativas aplicadas serão retidos e descontados diretamente dos créditos devidos pelo Município resultantes das medições da obra. Inexistindo créditos suficientes, o saldo remanescente deverá ser recolhido em até 30 (trinta) dias ou será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial, assegurando-se previamente o prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa prévia por escrito.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente Contrato Administrativo poderá ser formalmente extinto antes do advento de seu termo final de vigência nas hipóteses estritas especificadas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante ato motivado da Administração Pública Municipal, assegurados previamente o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

9.2 - A extinção do vínculo contratual dar-se-á por ato unilateral e escrito da Administração nos casos de inadimplemento de cláusulas ou atraso injustificado da obra, por consenso motivado entre as partes formalizado mediante Termo de Rescisão Consensual, ou por via judicial, conforme o rito processual estabelecido pelo artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3 - Na hipótese de extinção unilateral determinada por culpa exclusiva ou infração grave cometida pela empresa CONTRATADA, aplicar-se-ão os efeitos jurídicos e administrativos cominados pelo artigo 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando o Município de Itanhomi – MG autorizado a reter os créditos decorrentes de medições pendentes até o limite dos prejuízos apurados e das multas aplicadas, bem como a assumir imediatamente o canteiro de obras para garantir a continuidade dos serviços urbanísticos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES E CASOS OMISSOS

10.1 - O presente Contrato Administrativo poderá ser formalmente alterado com as devidas justificativas técnicas e jurídicas, por mútuo acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, observando-se estritamente as hipóteses, condições e formalidades autorizadas pelo artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas etapas de engenharia, em decorrência de modificações do projeto ou especificações, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 130 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3 - O fiel e integral cumprimento de todas as obrigações e cláusulas expressamente estipuladas neste instrumento contratual não exime, sob qualquer hipótese, a CONTRATADA do atendimento pleno e da estrita observância de outras obrigações, deveres, posturas, normas de segurança e responsabilidades civis, fiscais, previdenciárias, trabalhistas ou administrativas expressas na legislação brasileira vigente aplicável à execução de obras públicas de engenharia.

10.4 - Os casos omissos, dúvidas interpretativas ou lacunas verificadas no decorrer da execução contratual serão resolvidos administrativamente por intermédio da fiscalização e da assessoria jurídica do Município, com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 055/2023 e, subsidiariamente, nos princípios gerais de direito público e da teoria geral dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO E ENCERRAMENTO

11.1 - Para a solução de toda e qualquer controvérsia, dúvida ou disputa judicial decorrente da interpretação, execução física ou extinção do presente Contrato Administrativo que não possa ser dirimida de forma consensual na esfera administrativa, as partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Itanhomi, Estado de Minas Gerais, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



11.2 - A contratada declara conhecer e cumprir integralmente a Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se a não praticar atos de corrupção, fraude ou qualquer conduta lesiva à Administração Pública.

11.3 - E, por estarem assim justas, combinadas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo subscritas, para que produza todos os seus regulares e jurídicos efeitos de direito.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, ____ de _____ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG
Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA
Contratante

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada

TESTEMUNHA 1 – CPF Nº:

TESTEMUNHA 2 – CPF Nº: